

RECURSO ESPECIAL Nº 1.509.962 - PR (2015/0004719-7)

RELATORA : **MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI**
RECORRENTE : COMPANHIA EXCELSIOR DE SEGUROS
ADVOGADOS : ANTÔNIO EDUARDO GONÇALVES DE RUEDA E OUTRO(S) -
PE016983
ALEXANDRE PIGOZZI BRAVO - PR056355
RECORRIDO : ROSE CLEIA OLIVEIRA DA SILVA
RECORRIDO : ALESSANDRA ROSA
RECORRIDO : AUGUSTO MARIANO DA SILVA
RECORRIDO : LEILA CANDIDO DE OLIVEIRA
RECORRIDO : ANTONIO DOS SANTOS
RECORRIDO : JOSE DI LUCCA
ADVOGADO : JULIO CESAR GUILHEN AGUILERA E OUTRO(S) - PR054707

DECISÃO

Trata-se de recurso especial interposto em face de acórdão assim ementado:

AGRAVO DE INSTRUMENTO. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO SECURITÁRIA HABITACIONAL. PETIÇÃO INICIAL APTA. DESNECESSIDADE DE INDICAÇÃO ESPECÍFICA DOS DANOS PARA CADA IMÓVEL. PRESENÇA DE DOCUMENTOS. QUESTÃO RELEGADA QUANDO DA ANÁLISE DO MÉRITO. PRETENSÃO CALCADA NO CONTRATO DE SEGURO. LEGITIMIDADE APENAS DA SEGURADORA. AGENTE FINANCEIRO IMPOSSIBILITADO DE RESPONDER POR VÍCIOS DE CONSTRUÇÃO A PARTIR DO CONTRATO DE SEGURO. OPÇÃO EXERCIDA PELA PARTE AUTORA. DISCUSSÃO ACERCA DA APLICABILIDADE DO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR AO CASO. QUESTÃO NÃO DIRIMIDA PELA DECISÃO RECORRIDA. NÃO CONHECIMENTO. PROVA PERICIAL. REQUERIMENTO EXCLUSIVO DOS AUTORES. RESPONSABILIDADE DELES PELO PAGAMENTO. APLICAÇÃO DO ART. 33 DO CPC. OBSERVAÇÃO DO CONTIDO NA LEI Nº 1.060/50. RECURSO PARCIALMENTE CONHECIDO, E, NA PARTE CONHECIDA, PARCIALMENTE PROVIDO., POR UNANIMIDADE.

1. "Ao contrário do que defende a agravante, a petição inicial apresentada pelos autores não é genérica, pois a jurisprudência majoritária desta Corte entende ser desnecessária a indicação

especifica dos danos para cada imóvel, uma vez que esta constatação deve ser feita no momento oportuno da prova pericial".

2. "Embora a pretensão vise reparar vícios de construção existentes, ela se funda na cobertura do contrato de seguro obrigatório. E no que diz respeito à COHAB-LD e à Família Paulista, não há responsabilidade securitária, a qual cabe exclusivamente à seguradora responsável pelo respectivo contrato".

3. "Dispõe o artigo 33, caput, do Código de Processo Civil, que a remuneração do perito "será paga pela parte que houver requerido o exame, ou pelo autor, quando requerido por ambas as partes ou determinado de ofício pelo juiz."

Opostos embargos de declaração, foram rejeitados.

Nas razões de recurso especial, a recorrente alega violação do artigo 47 do Código de Processo Civil de 1973.

Não merece reforma o acórdão recorrido, que foi publicado antes da entrada em vigor da Lei 13.105 de 2015, estando o recurso sujeito aos requisitos de admissibilidade do Código de Processo Civil de 1973, conforme Enunciado Administrativo 2/2016, desta Corte.

Com efeito, quanto ao litisconsórcio, consignou o Tribunal de origem (fl. 228/e-STJ):

Da mesma forma, não merece respaldo o argumento da agravante, em relação a necessidade de participação dos agentes financeiros no polo passivo da ação interposta pelos agravados.

Isto porque, embora a pretensão vise reparar vícios de construção existentes, ela se funda na cobertura do contrato de seguro obrigatório. E no que diz respeito à COHAB-LD e à Família Paulista, não há responsabilidade securitária, a qual cabe exclusivamente à seguradora responsável pelo respectivo contrato.

Em suma, cabe ao mutuário optar entre promover a ação contra os agentes financeiros, se a responsabilidade derivasse do contrato imobiliário, ou contra a seguradora, quando decorrente do contrato de seguro, hipótese dos autos

Tal conclusão, além de demandar reexame de matéria de fato para ser revista, não diverge do entendimento desta Corte, segundo o qual o agente financeiro somente

responde solidariamente com a seguradora "nas ações em que se pleiteia a cobertura por vícios de construção do imóvel, quando também tenha atuado na elaboração do projeto, na execução ou na fiscalização das obras do empreendimento" (AgRg no REsp 1522725/PR, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, TERCEIRA TURMA, julgado em 16.2.2016, DJe 22.2.2016). No mesmo sentido:

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL MANEJADO SOB A ÉGIDE DO CPC/73. VÍCIO DE CONSTRUÇÃO EM IMÓVEL. RESPONSABILIDADE SOLIDÁRIA ENTRE SEGURADORA E AGENTE FINANCEIRO. MATÉRIA FÁTICA. SUMULA Nº 7 DO STJ. PRECEDENTES. AGRAVO REGIMENTAL NÃO PROVIDO.

(...)

2. O agente financeiro somente tem legitimidade passiva ad causam para responder solidariamente com a seguradora, nas ações em que se pleiteia a cobertura por vícios de construção do imóvel, quando também tenha atuado na elaboração do projeto, na execução ou na fiscalização das obras do empreendimento (AgRg no REsp 1.522.725/PR, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, Terceira Turma, DJe 22/2/2016). Precedentes.

3. Na hipótese, como o acórdão recorrido não indicou nenhuma dessas circunstâncias fáticas, não é possível reconhecer a existência de solidariedade, a teor da Súmula nº 7 do STJ.

4. Agravo regimental não provido.

(AgRg no REsp 1566012/PR, Rel. Ministro MOURA RIBEIRO, TERCEIRA TURMA, julgado em 21/06/2016, DJe 01/07/2016)

AGRAVO REGIMENTAL. RECURSO ESPECIAL. NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL. INOCORRÊNCIA. CONTRATO VINCULADO AO SISTEMA FINANCEIRO DA HABITAÇÃO. ILEGITIMIDADE DO AGENTE FINANCEIRO PARA RESPONDER POR INADIMPLENTO CONTRATUAL DA CONSTRUTORA.

(...)

2. A legitimidade do agente financeiro para responder por ato ilícito relativo ao contrato de financiamento ocorre apenas quando atua como agente executor de políticas federais para a promoção de moradia para pessoas de baixa ou renda, promotor da obra, quando

tenha escolhido a construtora ou tenha qualquer responsabilidade relativa à elaboração ao projeto.

3. Decisão agravada mantida pelos seus próprios fundamentos.

4. AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO.

(AgRg no REsp 1203882/MG, Rel. Ministro PAULO DE TARSO SANSEVERINO, TERCEIRA TURMA, julgado em 21/02/2013, DJe 26/02/2013)

RECURSO ESPECIAL. SISTEMA FINANCEIRO DA HABITAÇÃO. PEDIDO DE COBERTURA SECURITÁRIA. VÍCIOS NA CONSTRUÇÃO. AGENTE FINANCEIRO. ILEGITIMIDADE.

1. Ação em que se postula complementação de cobertura securitária, em decorrência danos físicos ao imóvel (vício de construção), ajuizada contra a seguradora e a instituição financeira estipulante do seguro. Comunhão de interesses entre a instituição financeira estipulante (titular da garantia hipotecária) e o mutuário (segurado), no contrato de seguro, em face da seguradora, esta a devedora da cobertura securitária. Ilegitimidade passiva da instituição financeira estipulante para responder pela pretendida complementação de cobertura securitária.

2. A questão da legitimidade passiva da CEF, na condição de agente financeiro, em ação de indenização por vício de construção, merece distinção, a depender do tipo de financiamento e das obrigações a seu cargo, podendo ser distinguidos, a grosso modo, dois gêneros de atuação no âmbito do Sistema Financeiro da Habitação, isso a par de sua ação como agente financeiro em mútuos concedidos fora do SFH (1) meramente como agente financeiro em sentido estrito, assim como as demais instituições financeiras públicas e privadas (2) ou como agente executor de políticas federais para a promoção de moradia para pessoas de baixa ou baixíssima renda.

3. Nas hipóteses em que atua na condição de agente financeiro em sentido estrito, não ostenta a CEF legitimidade para responder por pedido decorrente de vícios de construção na obra financiada. Sua responsabilidade contratual diz respeito apenas ao cumprimento do contrato de financiamento, ou seja, à liberação do empréstimo, nas épocas acordadas, e à cobrança dos encargos estipulados no contrato. A previsão contratual e regulamentar da fiscalização da obra pelo agente financeiro justifica-se em função de seu interesse em que o

empréstimo seja utilizado para os fins descritos no contrato de mútuo, sendo de se ressaltar que o imóvel lhe é dado em garantia hipotecária.

4. Hipótese em que não se afirma, na inicial, que a CEF tenha assumido qualquer outra obrigação contratual, exceto a liberação de recursos para a construção. Não integra a causa de pedir a alegação de que a CEF tenha atuado como agente promotor da obra, escolhido a construtora ou tido qualquer responsabilidade relativa à elaboração ao projeto.

5. Recurso especial provido para reconhecer a ilegitimidade passiva ad causam do agente financeiro recorrente.

(REsp 1102539/PE, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, Rel. p/ Acórdão Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, QUARTA TURMA, julgado em 09/08/2011, DJe 06/02/2012)

Em face do exposto, nego provimento ao recurso especial.

Intimem-se.

Brasília (DF), 26 de novembro de 2019.

MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI
Relatora